DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: UM PROJETO DE TURISMO ECOLÓGICO BASEADO EM PESQUISA EMPÍRICA

TAKESHY TACHIZAWA

Resumo

Desenvolveu-se um diagnóstico no contexto socioambiental de Campo Limpo Paulista e região, para a criação de uma incubadora destinada ao desenvolvimento de empreendedores sociais e suporte técnico aos empresários de micro e pequenas empresas – MPE voltados ao turismo ecológico. Foi baseado em pesquisa empírica realizada de acordo com a *grounded theory*. Nesta pesquisa foram consultados moradores da região, turistas e efetuado um inventário da infra-estrutura dos recursos naturais, culturais, históricos, econômicos e sociais do município. Os resultados da pesquisa proporcionaram subsídios ao planejamento do desenvolvimento local sustentável, centrado na criação de uma incubadora social, de prestação de serviços técnicos aos empreendedores da região.
Palavras-chave: Empreendedorismo; Turismo sustentável; Desenvolvimento local.

Abstract

A diagnosis was developed in the context social and environmental of the city Campo Limpo Paulista and region, for the creation of an incubator destined for the development of social entrepreneurs and technical support to the businessmen of the small sized company. Was based on empirical research carried out in accordance with grounded theory. The present survey there was consulted residents of the region, tourists and made an inventory of the infrastructure of native resources, cultural, historical, economic and social of the city. The results of the inquiry provided subsidies to the projection of the local sustainable development, centered in the creation of a social incubator, of installment of technical services to the entrepreneurs of the region.
Key-words: Entrepreneurship; Sustainability tourism; Local development.

Objetivo do Trabalho

O objetivo do trabalho foi viabilizar a criação de uma incubadora de empreendimentos sociais, destinada ao suporte técnico de micro e pequenas empresas e de novos negócios sustentáveis em Campo Limpo Paulista e região. Para tanto foi desenvolvida uma pesquisa junto aos moradores locais e turistas para identificar a vocação econômica da região. Uma das principais hipóteses da pesquisa foi confirmar as possibilidades do desenvolvimento de empreendimentos socioambientais bem como de implementar uma organização sem fins lucrativos voltada à prestação de suporte técnico aos empreendedores locais. O pressuposto adotado neste trabalho foi que a exploração econômica consciente, com a preservação do meio ambiente, voltada à geração de empregos e renda para a comunidade, seria uma alternativa factível para o seu desenvolvimento sustentável.

O potencial que o município possui é extremamente significativo em termos de riquezas naturais, históricas, culturais, gastronômica, de artesanato regional e de agronegócios. Isso pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, gerando uma dinâmica de atividades econômicas, criadora de significativas transformações no município e região. A pesquisa desenvolvida foi consubstanciada no contexto regional, considerando a existência de:

- infra-estrutura para o desenvolvimento sustentável;

- possibilidades de aproveitamento do potencial de educação básica e, principalmente, de ensino superior existente na cidade;
- atrativos naturais, ecológicos, históricos, gastronômicos, artesanais e culturais;
- viabilidade econômica de exploração do turismo sustentável, dada a existência de demanda reprimida, representada pelos turistas em potencial, para a geração de renda; e
- visão positiva dos moradores da região em relação ao turismo sustentável, o que evidencia possibilidades de apoio à implementação de empreendimentos socioambientais.

Na pesquisa, dado o enorme potencial da região para empreendimentos socioambientais, procurou-se abranger o conjunto de serviços diferenciados que o município pode oferecer aos turistas. É o potencial de turismo sustentável existente no município e região, possível de ser desenvolvido, alicerçado nos aspectos geográficos, cultural, histórico, e de agronegócios, entre outros. Segundo a Agência de Desenvolvimento de Jundiaí e Região (ADEJ, 2007), apenas para citar um exemplo emblemático, procura-se no contexto local, a transformação da região de Jundiaí em APA (área de proteção ambiental) e tombamento da Serra do Japi pelo Condephaat e tendência ao esgotamento dos recursos hídricos da região; são fatores que provocam maiores restrições ambientais e oneram os custos operacionais de determinadas atividades econômicas, afastando o interesse de investimento no município. A gestão socioambiental é um fator positivo e que ocorre justamente objetivando assegurar melhor qualidade de vida à população e assegurar a preservação dos recursos naturais indispensáveis para a sustentabilidade, isto é; ter esses recursos (principalmente em relação à disponibilidade futura de água) aproveitáveis hoje e no futuro e para as próximas gerações. No entanto, a gestão socioambiental não pode ser confundida com um conjunto de restrições ambientais. O conceito moderno de gestão socioambiental, com o advento de novas tecnologias, tem permitido a prática de atividades econômicas com muito melhor controle dos possíveis inconvenientes ao meio ambiente e agrega também o conceito das chamadas contrapartidas ou compensações ambientais. O problema é que as legislações ambientais, a que micro e pequenas empresas estão submetidas, de caráter estadual ou municipal, ainda tem forte conotação restritiva e não são compensatórias , inibindo e/ou complicando a atividade empresarial que busca então outras regiões para investimentos.

A cidade pode receber pessoas de cidades próximas à procura de: turismo ecológico (caminhadas, trilhas, cachoeiras, pousadas ecológicas); passeios rurais (piscicultura e pesqueiros, *spas* campestres, passeios eqüestres; escolas de equitação; equoterapia, degustação de vinhos); circuito das frutas; eventos e festas gastronômicas; artesanato regional; esportes de aventura; ou apenas um local para descansar. Constatou-se que a maioria desses visitantes retornam à sua cidade de origem no mesmo dia, o que representa um enorme potencial de crescimento turístico. Além disso, a região tem uma grande variedade de atividades folclóricas, culturais, educacionais e eventos do circuito das frutas, que acontecem durante o ano todo e que atraem visitantes, no contexto do turismo de curta duração.

O plano de criação da incubadora social, análoga a uma organização não governamental – ONG, quanto à sua natureza de atuação, buscou convergir interesses de empresários, governo municipal e cidadãos em geral.

Abordagem Metodológica

Os dados da pesquisa empírica desenvolvida ao longo do segundo semestre de 2008, e obtidos segundo uma perspectiva indutiva, foram base do presente estudo. Nesta pesquisa, foi utilizado o método *grounded theory* (GLASER; STRAUSS, 1967) que é uma modalidade de pesquisa que busca gerar novas teorias através de conceitos, categorias e propriedades. A ênfase da *grounded theory* é o aprendizado a partir dos dados (interativa e indutiva), e não a

partir de uma visão teórica existente (dedutiva). A maior diferença entre *grounded theory* e outros métodos de pesquisa é seu foco específico no desenvolvimento da teoria, através de uma contínua interdependência entre a coleta de dados e a análise. É um método que provê uma estrutura metodológica freqüentemente ausente em outras abordagens, tanto qualitativa como quantitativa, sem sacrificar a flexibilidade ou o rigor. A *grounded theory* foi desenvolvida no âmbito da pesquisa em ciências sociais, enfatizando a descoberta indutiva de teorias a partir dos dados analisados sistematicamente. Outros autores desenvolveram e debateram o método (GLASER, 1994; GLASER, 1998; GLASER; HOLTON, 2004; STRAUSS; CORBIN, 1990; STRAUSS; CORBIN, 1994; STRAUSS; CORBIN, 1997) reafirmando que: (a) a proposta principal do método é a construção de teoria, e não somente a codificação e análise de dados; (b) regra geral, o pesquisador não deve definir um quadro conceitual que antecede ao início da pesquisa, como premissa, para garantir que os conceitos possam emergir sem vieses conceituais pré-definidos; (c) a análise e a conceituação são obtidas através do processo de coleta de dados e comparação constante, no qual cada segmento de dados é comparado com construtos existentes, visando enriquecer uma categoria existente, formar uma nova ou estabelecer novos pontos de relação entre categorias.

Na coleta foram enfatizados, primordialmente, dados primários obtidos através de questionários, que foram o instrumento principal da pesquisa, aplicados diretamente na cidade de Campo Limpo Paulista e região, origem dos eventos pesquisados. Os questionários, compostos de perguntas abertas e fechadas, foram preenchidos pelos pesquisadores da Faculdade Campo Limpo Paulista - FACCAMP, que constituíram a equipe de campo, através de entrevistas junto aos respondentes da pesquisa. Foram aplicados 254 questionários junto aos munícipes e turistas da região, sendo que aos moradores do município foram aplicados 101 questionários. Com os turistas da região foram aplicados 85 questionários. Com as pessoas, em transito pelo município de Campo Limpo Paulista, foram aplicados 68 questionários.

Na aplicação dos questionários, no segundo semestre de 2007, constatou-se que a cidade e região circunvizinha possuem um significativo potencial para o ecoturismo, ainda inexplorado. O levantamento abrangeu o conjunto de serviços diferenciados turisticamente, que um município tem a oferecer aos visitantes da região. Foi dada ênfase especial àqueles bens e serviços turísticos que possibilitariam o exercício do ecoturismo e atividades auto-sustentáveis, com potencial de criação de empregos e renda à comunidade local.

Os dados primários, levantados através dos instrumentos de pesquisa de campo, foram coletados em questionário de entrevista, observando as seguintes etapas: preparação do questionário para a coleta de dados; inventário de infra-estrutura do município; inventário da oferta e de demanda turística; pesquisa de opinião dos moradores do município; diagnóstico, na forma de análise de fatores de influência, para estabelecer uma completa compreensão da situação socioeconômica do município.

Posteriormente, como fruto da análise e interpretação dos resultados da pesquisa, houve uma consolidação dos dados coletados para fins de formulação da proposta de criação da incubadora social, visando o desenvolvimento de empreendimentos socioambientais no município e região. Nesta fase, foi feita a caracterização do empreendimento, dos serviços voltados ao desenvolvimento sustentável da região, da demanda turística e participação da comunidade nas estratégias de captação de recursos, nas parcerias e nas possíveis alianças institucionais com organizações públicas e privadas.

Foram entrevistados através de discussões em grupo, gestores e técnicos da Prefeitura de Campo Limpo Paulista e entidades de classe, na medida em que, qualquer que fosse a opção de desenvolvimento socioeconômico, com ênfase na expansão de micro e pequenas empresas ou no incremento do turismo sustentável, o processo passaria necessariamente por estas instituições. A obtenção de dados secundários junto à Fundação SEADE, FAPESP,

ONGs locais e Prefeitura de Campo Limpo Paulista, servindo de complementação do inventário, foi feita em sites na Internet, nas leis orgânicas do município, planos diretores e outros documentos governamentais.

Fundamentação teórica

Profundas mudanças na natureza das atribuições do Estado estão ocorrendo, segundo Tachizawa (2007) tanto na esfera federal, estadual como municipal. Após várias décadas de convivência com um Estado que absorvia grande parte das responsabilidades pela provisão de bens e serviços públicos, ocorre, atualmente, movimento em direção a minimizar tais responsabilidades e enfatizar a função reguladora do Estado, em decorrência dos novos desafios impostos pelo avanço da privatização. A transformação do Estado provedor em um Governo regulador traz modificação nos padrões de geração dos serviços públicos, nas organizações pertencentes ao Terceiro Setor e, conseqüentemente, na gestão das organizações privadas.

É justamente pela falta de atuação do Estado em determinadas atividades de prestação de serviços públicos, que permitem não só a atuação de ONGs como também do surgimento do empreendedorismo social na iniciativa privada. Parcela significativa de autores em empreendedorismo sugere a expansão de micro e pequenos negócios, em todas as suas formas, como solução socioeconômica para o desenvolvimento local. ANPROTEC (2008) e autores como Gadiesh; Gilbert (1998), Wise; Baumgartner (1999), comungam desta opinião bem como preceituam que receitas substanciais podem ser geradas de uma base instalada de serviços, com longo ciclo de vida, nas micro e pequenas empresas. E, que a prestação de serviços em geral, proporciona margens mais elevadas do que a simples comercialização de produtos; e fornecem uma fonte mais estável de receita pelo fato de que são resistentes à instabilidade dos ciclos da economia nacional (TACHIZAWA; FARIA, 2006).

Estas são algumas das forças que direcionam as crescentes alternativas de empreendedorismo, inclusive social, e na formação de parcerias em serviços Lojo (1997). A otimização no relacionamento entre a organização e o meio ambiente que a cerca, pode ser formalizado para produzir e articular resultados, na forma de integração sinérgica de decisões e ações organizacionais, segundo Mintzberg; Quinn (2001). Para efeito desta otimização é necessária a implementação de instrumentos voltados ao mercado-alvo, produtos ou serviços, metas de lucro, preço, distribuição e orçamentos, conforme recomendação de Prahalad; Hamel (2005). De acordo com Vasconcelos; Pagnoncelli (2001), deve-se promover o ajuste e a adequação estratégica das tecnologias disponíveis de toda a organização, como uma ferramenta de gestão organizacional, alicerçada pelos conceitos de qualidade, produtividade, efetividade, perenidade, rentabilidade, e sustentabilidade.

Estes conceitos de modelagem estratégica de negócios, com a incorporação dos conceitos de inovação e de gestão do conhecimento, estão convergentes com o que preceitua Rezende (2003) em termos de sustentabilidade econômica.

As informações dentro das organizações passam por ciclos evolutivos, até serem plenamente estruturadas e disponibilizadas na forma de conhecimentos compartilhados. Esses ciclos evoluem em estágios crescentes e também diferentes para cada organização, consoante Prahalad; Hamel (2005) e Nolan (1993). O entendimento e as aplicações dos conceitos de governança pública e políticas voltadas ao terceiro setor, segundo Marques, Cunha & Meirelles (2002), podem contribuir no alinhamento proposto de desenvolvimento sustentável.

O conceito de governança pública, de fato, também chamado de *new public management* (NPM), pressupõe aplicar nas organizações públicas, modelos de gestão, originalmente oriundos da iniciativa privada, e dos conceitos de administração estratégica, de competitividade e de empreendedorismo (OSBORNE; GAEBLER, 1992).

Estes conceitos e técnicas aplicáveis ao empreendedorismo e à gestão das micro e pequenas empresas podem possibilitar o embasamento conceitual para que a ONG proposta neste estudo, na forma de uma incubadora social, possa orientar e proporcionar suporte técnico em termos de sustentabilidade aos empresários e empreendedores em geral.

Organizações não governamentais - ONG (FISCHER, 2004), são entidades de natureza privada (não-públicas) sem fins lucrativos, que juridicamente se caracterizam como associações ou fundações. Neste tipo de organização enquadram-se, também, as organizações da sociedade civil - OSC, organizações sociais- OS, organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIP. As ONGs podem ter como foco de atuação: educação; saúde; cultura; comunidade; apoio à criança e ao adolescente; voluntariado; meio ambiente; apoio a portadores de deficiências; parcerias com o Governo; e outras categorias de atuação.

Pesquisa do Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada – IPEA (2007) revela que, entre 780 mil organizações privadas com um ou mais empregados no País, nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, 59 % das organizações pesquisadas (462 mil) têm investimentos voltados ao atendimento de comunidades carentes. 25% da população brasileira, aproximadamente, praticam algum tipo de trabalho voluntário ou ações solidárias. O Brasil é o 69 % colocado no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2007), que avalia a qualidade de vida em cada país, observando a evolução de parâmetros de educação, renda e expectativa de vida.

Pesquisa da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG, 2007), entidade que congrega as maiores ONGs do País, revela que atualmente estas organizações têm buscado educar, formar e capacitar politicamente os indivíduos, principalmente aqueles organizados coletivamente, em movimentos populares e sindicatos.

De acordo com a ABONG (op. cit.), a maior parte das ONGs, 52 %, declararam atuar na área educacional. Questionadas se trabalhavam ou não com voluntários, 62,8 % das ONGs responderam afirmativamente, o que representa um crescimento superior a 100 % em relação aos dados de 1998. Para as ONGs, a conscientização política é a maior preocupação em relação ao voluntariado.

Tabela 1: Áreas de atuação das ONG

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO	%
a) Educação	**52,40**
b) Organização e participação popular	**38,30**
c) justiça e promoção de direitos	**36,70**
d) fortalecimento de outra ONGs	**26,00**
e)Relação de gênero e discriminação sexual	**25,00**

Fonte: dados de investigação dos autores

Como beneficiárias principais, segundo 61,7% das ONG pesquisadas, estão as organizações populares e os movimentos sociais. No Brasil, desde que o Estado deixou de ser o único agente implementador de políticas sociais, passando a trabalhar em parceria com a sociedade civil, o trabalho das ONGs vem ganhando importância.

Os autores pesquisados confirmam o deslocamento da prestação de serviços públicos do Estado para o Terceiro Setor, com a evidência de crescimento do aporte de verbas dos órgãos governamentais nas três esferas federativas (TACHIZAWA, 2007). E, mais ainda, que os empresários de micro e pequenas empresas tem papel fundamental no contexto da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental.

No Brasil 99% das organizações são micro e pequenas empresas (IBGE, 2007). Enquanto multinacionais, conglomerados e empresas de grande porte reduzem suas participações no total de pessoas ocupadas nos diferentes setores econômicos, as micro e pequenas empresas - MPEs tendem aumentar tal participação relativa. Pesquisa do Sebrae (2007), realizada no Estado de São Paulo evidencia que as taxas de mortalidade atuais são: 29% para empresas até 1 ano, 42% para empresas até 2 anos, 53% para empresas até 3 anos, 56% para empresas até 4 anos e também 56% para empresas de até 5 anos.

As causas identificadas da mortalidade são: comportamento empreendedor pouco desenvolvido (atitude empreendedora); deficiências no planejamento antes da abertura do negócio; deficiências na gestão, após a abertura do negócio; políticas insuficientes de apoio às empresas; conjuntura econômica deprimida e problemas pessoais dos sócios-proprietários.

A estas causas, segundo o IPEA (2007) que desenvolveu a PINTEC baseada em dados colhidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007), relativos às empresas que receberam com as que não receberam financiamento público, pode-se acrescentar a falta de inovação tecnológica nas micro e pequenas empresas.

Alguns resultados obtidos pela pesquisa são também confrontados com os que se esperaria obter segundo enfoque evolucionista neo-schumpeteriano. A pesquisa Pintec 2000 avaliou o desempenho inovador da empresa brasileira em termos de padrões de inovações tecnológicas, organizacionais e de comercialização das firmas industriais e de serviços no Brasil. Neste âmbito estão os estudos sobre as atitudes e percepções empresariais sobre a inovação e desenvolvimento.

A pesquisa e os resultados

Os dados da pesquisa indicaram um significativo potencial para as atividades econômicas de Campo Limpo Paulista e região, através da exploração do turismo sustentável e da experimentação não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio e emprego (arranjos produtivos locais; cadeia produtiva de agronegócios; cooperativas para: reciclagem de lixo; fabricação de produtos ecológicos; circuito gastronômico; circuito de pousadas ecológicas; oficinas de artesanatos; e atividades afins).

Constatou-se, também, que uma boa parcela dos turistas na região retornava à sua cidade de origem no mesmo dia, o que pode significar possibilidades de exploração de atividades relacionadas à venda de peças de artesanato regional, ao turismo ecológico; ao circuito gastronômico, ao turismo de aventuras nas trilhas e cachoeiras, nos esportes de aventura ou apenas um local de descanso em uma região de clima diferenciado.

Análise dos dados primários

A pesquisa de campo, inicialmente objetivou levantar dados, junto aos munícipes, sobre suas opções quanto à vocação econômica da cidade e região em termos de comércio, indústria, serviços e turismo sustentável. A vocação "indústrias" com **50,77%** seguida da vocação "turismo" com **19,23%** (13,85% e 5,38%), foram preferências declaradas da população de Campo Limpo Paulista.

Se for incorporada a incidência de respostas da alternativa relativa a gastronomia/bares/restaurantes, de **5,38%**, tem-se um total de respostas direcionadas ao turismo, de **24,61%**.

As respostas a esta questão, **"*Na sua opinião em que área o desenvolvimento econômico poderia ser feito?*"**, pode ser visualizada na tabela 2.

Tabela 2. Áreas para o desenvolvimento econômico

ÁREA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	%
Serviços	**6,18**
Comércio	**18,44**
Turismo	**5,38**
Turismo ecológico	**13,85**
Gastronomia/Restaurantes/bares	**5,38**
Indústria	**50,77**
BASE	**100,00**

Fonte: Pesquisa dos autores

Na pesquisa, para a indagação **"*Qual a sua opinião caso fosse incentivado o desenvolvimento econômico do Município?*"** evidenciou-se que a maioria da população considera ótimo o incentivo ao desenvolvimento econômico, pois iria criar empregos (**72,55%**) e melhorar a renda dos moradores da cidade (**25,55%**).

Para a indagação **"*Em sua opinião, qual a vocação econômica de Campo Limpo Paulista?*"**, os dados obtidos mostraram que a população considera a atividade turística como positiva (quando agregados seus diferentes fatores de influência, como: hotéis e pousadas; bares e restaurantes; artesanato; circuito das frutas; eventos regionais; e outras atividades correlatas.), conforme tabela 3, explicitada a seguir.

Tabela 3: Vocação econômica

SEGMENTO ECONÔMICO	%
Indústria	**36,97**
centros de capacitação profissional	**13,55**
Comércio	**12,26**
Escolas e Faculdades	**10,32**
Hoteis	**7,10**
Bares e restaurantes	**5,16**
Agricultura	**4,52**
Pesqueiro	**3,23**
Artesanato	**2,58**
Gastronomia	**2,08**
Frutaria	**1,29**

Fonte: Pesquisa dos autores

Os munícipes, pelos resultados obtidos na pesquisa, são favoráveis à atividade industrial no município, quando comparada com atividades de prestação de serviços e comercial. Esperam, no entanto, que o turismo propicie mais renda e empregos à população.

Quanto à questão ***"Quanto tempo pretende permanecer na região?"***, no *Questionário do Turista*, aplicado a um total de 85 turistas entre os dias 01/07 e 30/09 de 2007, identificou-se como respostas, ***períodos***, de: **um dia** (43,24%); **meio dia** (24,32%); **uma semana** (13,52%) e **um mês** (8,11%). Os turistas consultados, ao todo 61, evidenciaram pelos resultados aferidos na pesquisa, que ficam na cidade e na região em torno de, no máximo, um fim-de-semana 78,38% e, somente 13,51% ficam uma ou pouco mais de uma semana na região. É um tempo extremamente diminuto quando considerado o potencial turístico da região.

Com relação à questão ***"Que atrativo turístico motivou sua atual viagem?"***, de acordo com dados da tabela 4, apurou-se que os "parentes e empresas" representam **36,59%** dos motivos de estar na região, seguido de "escolas/faculdades" com **26,83 %** como atrativo turístico que motivou a viagem.

Tabela 4. Motivação para a viagem dos turistas da região

ATRATIVO QUE TROUXE TURISTAS	%
Escolas e Faculdades	**36,97**
Feiras e Eventos	**13,55**
Lazer	**12,26**
Pesqueiro	**10,32**
Outros	**7,10**

Fonte: Pesquisa dos autores

Análise dos dados secundários

Campo Limpo Paulista está localizado no sudoeste do estado de São Paulo, estando distante da capital cerca de 50 quilômetros sendo que o acesso principal ao município se dá pela Rodovia Anhangüera e pela Rodovia Dom Pedro I (www.campolimpopaulista.sp.gov.br). Segundo a SEADE (http://www.seade.gov.br), a população de Campo Limpo Paulista é de mais de setenta mil habitantes, com elevada taxa de urbanização e com taxa de crescimento populacional de 1,5%.

Tabela 5: Dados demográficos

Território e População / Ano	Município	Reg. Adm.	Estado
População em 2006	73.515	6.010.392	40.484.029
Grau de Urbanização em % (2005)	98,17	93,82	93,65
Densidade Demográfica, habitantes/km2 (2005)	858,93	218,48	160,70
População com Menos de 15 Anos em % (2005)	25,99	23,23	24,43
População com Mais de 60 Anos em % (2005)	7,16	9,88	9,57

Fonte: dados obtidos Fundação SEADE

A instalação de grupos industriais, sólidos e tradicionais, com a conseqüente criação de novas oportunidades de trabalho, geradoras de renda com o aparecimento de atividades comerciais paralelas, produziu um significativo surto de desenvolvimento econômico na região. A indústria é o componente econômico, ao lado da agricultura (hortifrutigranjeiros e extrativismo vegetal), que alavancou a emancipação política do município.

Tabela 6: Dados econômicos

Economia	Ano	Município	Reg. Adm.	Estado
Valor Adicionado na Indústria (R$ milhões)	2004	456,17	44.508,11	238.016,43
Valor Adicionado dos Serviços (R$ milhões)	2004	258,07	33.912,51	242.978,99
PIB per Capita (R$)	2004	10.021,86	16.073,08	13.725,14
Participação Empregos Ocupados na Indústria no Total(%)	2003	54,98	33,05	23,08
Participação Empregos Ocupados no Comércio no Total (%)	2003	12,51	19,65	17,79
Participação Empregos Ocupados nos Serviços no Total (%)	2003	30,57	39,73	52,33
Rendimento Médio nos Empregos Ocupados na Indústria(R$)	2003	1.959,05	1.391,38	1.451,38
Rendimento Médio nos Empregos Ocupados no Comércio(R$)	2003	690,67	748,49	840,50
Rendimento Médio nos Empregos Ocupados nos Serviços(R$)	2003	992,88	1.138,00	1.281,38
Rendimento Médio no Total de Empregos Ocupados (R$)	2003	1.478,45	1.107,15	1.202,95

Fonte: dados obtidos Fundação SEADE

Campo Limpo Paulista foi alçada à categoria de município independente em 1964, induzida por um significativo surto industrial ocorrido nesta década de 60.

Tabela 7: Dados de infra-estrutura

INFRA-ESTRUTURA	Município	Reg. Adm.	Estado
Consumo de Energia Elétrica Residencial em MWh (2002)	36.273	3.299.246	22.757.107
Consumo de Energia Elétrica Rural em MWh (2002)	285	582.972	2.112.153
Consumo de Energia Elétrica Industrial em MWh (2002)	186.778	9.647.569	39.686.121
Consumo En.El.Com.,Serv.,Outras Ativ. em MWh (2002)	8.344	1.887.650	15.344.487
Abastecimento de Água - Nível de Atendimento em % (2000)	91,65	96,45	97,38
Esgoto Sanitário - Nível de Atendimento em % (2000)	65,75	87,48	85,72
Coleta de Lixo - Nível de Atendimento em % (2000)	98,91	98,95	98,90

Fonte: dados obtidos Fundação SEADE

Este movimento desenvolvimentista provocou uma sobrecarga da infra-estrutura básica (saneamento, educação e serviços públicos correlatos), criando uma demanda reprimida por serviços públicos, não-estatais, que uma incubadora de empreendimentos socioambientais poderia desenvolver, conforme proposto neste estudo.

Tabela 8: Dados sobre educação

EDUCAÇÃO	Ano	Município	Reg. Adm.	Estado
Taxa de Analfabetismo da População de 15 Anos e Mais (%)	2000	6,81	6,71	6,64
Média de Anos de Estudos da População de 15 a 64 Anos (%)	2000	7,10	7,42	7,64
População 25 Anos e Mais com Menos 8 Anos de Estudo (%)	2000	61,08	58,55	55,55
População de 18 a 24 Anos com Ensino Médio Completo (%)	2000	37,35	40,21	41,88

Fonte: dados obtidos Fundação SEADE

Esta proposta de incubadora se apóia, também, nos conceitos de desenvolvimento humano (PNUD, 2007). Considera o pressuposto de que para aferir a evolução de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. O objetivo da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, é oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto – PIB, per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. O IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas e nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver". As condições de vida, no caso de Campo Limpo Paulista, conforme evidenciam dados discriminados a seguir têm, ainda, muitos estágios de evolução a percorrer, razão pela qual a proposta de incubadora pode agregar significativas contribuições de natureza socioambiental.

Tabela 9: Dados de condições de vida

Condições de Vida	Município	Reg. Adm.	Estado
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS (2002)	Grupo 2 - Municípios com níveis de riqueza elevados e baixos indicadores sociais		
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS (2004)	Grupo 2 - Municípios com níveis de riqueza elevados e baixos indicadores sociais		
Índice Desenvolvimento Humano Municipal -IDHM(2000)	**0,805**	**...**	**0,814**
Renda per Capita (Em salários mínimos) (2000)	**2,16**	**2,83**	**2,92**

Fonte: Dados obtidos Fundação SEADE

Além de computar o PIB per capita, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, o IDH leva em conta, também, dois outros componentes: a longevidade e a educação. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. A renda é mensurada pelo PIB per capita, em dólar PPC (paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países). Essas três

dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um. No Brasil, tem sido utilizado pelos governos federal e municipal, que pode ser consultado no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, um banco de dados eletrônico com informações sócio-econômicas sobre os 5.507 municípios do país, os 26 Estados e o Distrito Federal. Segundo o Programa das Nações Unidas http://www.pnud.org.br/) o município apresenta indicador muito bom na área de saúde e de Índice de Desenvolvimento Humano com valores explicitados na tabela 10 ilustrada a seguir.

Tabela 10: Índices de Campo Limpo Paulista

	1991	2000
IDHM	**0,738**	**0,805**
IDHM-Renda	**0,705**	**0,738**
IDHM-Longevidade	**0,694**	**0,780**
IDHM-Edcação	**0,816**	**0,898**

Fonte: Dados obtidos Fundação SEADE

Estes dados estão coerentes com o Programa de Pesquisas em Caracterização, Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade do Estado de São Paulo, denominado BIOTA-FAPESP (www.biota.org.br), e que consideram a região de Campo Limpo Paulista e Jundiaí, como áreas prioritárias para a implementação de novas estratégias para conservação e recuperação da biodiversidade nativa. A Serra do Japi, circunvizinha de Campo Limpo Paulista e Jundiaí, é considerada como área de proteção ambiental – APA, pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico - Condephaat e declarada Reserva da Biosfera pela UNESCO, desde 1992. Este cenário é realista, pois em um raio de 80 km residem perto de 18 milhões de pessoas. Esta densidade demográfica provoca saturação industrial combinada com a elevação do custo da mão de obra em relação a outras regiões e conseqüente inviabilidade do desenvolvimento econômico centrado nas indústrias. O maior custo relativo de mão de obra é sinônimo de elevada renda per capita em relação às outras regiões do Estado. A combinação destes fatores pode viabilizar o desenvolvimento sustentável dentro dos contornos delineados no presente trabalho.

Proposta de Incubadora de Empreendimentos Socioambientais

Conforme resultados apurados na pesquisa aplicada junto aos munícipes e turistas, evidenciou-se que uma das alternativas para a criação de empregos e aumentar a renda da população é o turismo sustentável. Outra constatação é que embora a população tenha enfatizado a industrialização como solução para a região, segundo dados da Fundação SEADE, esta é uma opção saturada. Este cenário tende a induzir uma demanda por serviços públicos não-estatais, voltados às questões socioambientais. Esta alternativa econômica pelo segmento de serviços pode ser suportada pela criação de uma incubadora, aqui denominado de Fundação Incubadora de Empreendimentos Socioambientais - FISA.

Aspectos Legais

Em termos de enquadramento legal esta organização de apoio a empreendimentos sociais, de acordo com o novo Código Civil, pode ser constituída como associação civil sem fins lucrativos ou como fundação. Pelo fato de terem o benefício público como ponto central de seus objetivos, atividades e justificativas de existência, a incubadora sugerida, de finalidade socioambiental, pode ser formalizada de forma a obter incentivos fiscais, imunidades e isenções a que estão automaticamente sujeitas como entidade de utilidade

pública estadual (não seria utilidade pública municipal porque a proposta é que abranja, inclusive, os diversos municípios da região). A incubadora, em termos de pessoa jurídica poderia, portanto, ser constituída como uma organização da sociedade civil de interesse público, sem fins lucrativos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira. Sua finalidade legal, através de suporte técnico a empresários, empreendedores e autoridades governamentais da região, seria a:

- experimentação não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio e emprego (arranjos produtivos locais sustentáveis; cooperativas para: reciclagem de lixo; fabricação de produtos ecológicos; oficinas de artesanatos; e atividades afins);
- defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- promoção da educação socioambiental junto às empresas e comunidade em geral;
- estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos que digam respeito às atividades socioambientais.

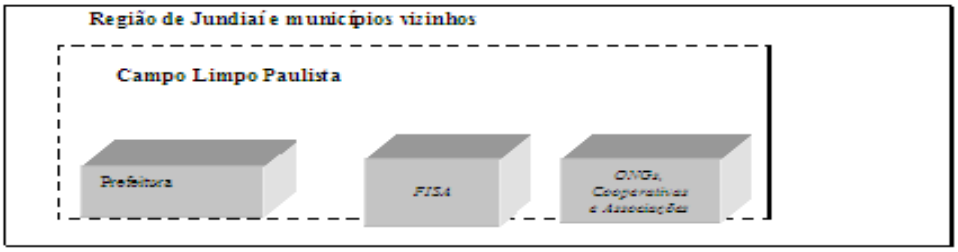
Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência são princípios constitucionais da administração pública que também se encontram previstos na lei que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP. A adoção e a aplicação dos referidos princípios na estrutura societária de toda e qualquer entidade sem fins lucrativos que atenda a interesses públicos e esteja qualificada como OSCIP, deve ser incorporada ao contrato social da FISA como garantia de uma atuação transparente na gestão de recursos públicos.

Configuração da incubadora

A missão da Fundação Incubadora de Empreendimentos Socioambientais – FISA é o de fornecer apoio profissional aos empreendedores sociais e empresários de micro e pequenas empresas, contribuindo para sua inserção política, social e econômica em Campo Limpo Paulista e região. Consiste num esforço para disseminar uma modalidade de desenvolvimento sustentável promovendo a interação acadêmica com a sociedade, através da troca de saberes, disponibilizando o conhecimento gerado na Faculdade Campo Limpo Paulista - FACCAMP. A socialização do acúmulo intelectual e científico da FACCAMP aos diferentes segmentos da população, através da FISA visou sinalizar um caminho de crescimento econômico com sustentabilidade e preservação dos fatores socioambientais da região.

O propósito da FISA, portanto, é o desenvolvimento econômico e social do município de Campo Limpo Paulista através do desenvolvimento de serviços de assessoramento técnico à organizações sociais, associações de classe e à Prefeitura, em atividades sociais, educativas, culturais e de educação ambiental desta comunidade, possibilitando a geração de empregos e outras alternativas de desenvolvimento sustentável (vide figura 1).

Figura 1: Abrangência da FISA



Fonte. Concepção dos autores

Propõe-se que a FISA tenha como foco de atuação a prestação de serviços a novos empreendimentos sociais sustentáveis; cooperativas e a micro e pequenas empresas já existentes, e que tenham propósito de incorporar suas atividades econômicas no contexto socioambiental. O escopo de atuação da FISA, sempre em parceria com organizações sociais e instituições públicas e privadas da região é a educação socioambiental direcionada à: defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável.

Outra atividade viável de ser exercida é a orientação técnica à criação de novos empreendimentos, voltados a: promoção do turismo ecológico; promoção do desenvolvimento econômico e social; estímulo à parceria entre os diferentes segmentos sociais, participando junto a outras entidades em atividades que visem o interesse comum; desenvolvimento de serviços de assessoramento técnico à comunidade local em atividades sociais, educativas, culturais, ambientais; e fortalecimento de ONGs e de cooperativas/movimentos populares. Prestação de suporte técnico à Prefeitura Municipal para a capacitação de serviços básicos e de infra-estrutura visando o desenvolvimento de atividades de ecoturismo no município, poderia ser outra atividade técnica.

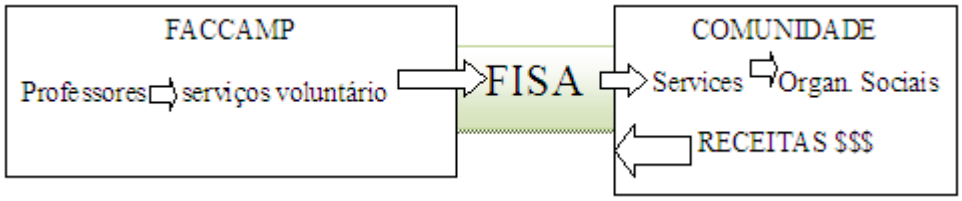
Suas fontes de recursos podem estar consubstanciadas, principalmente, em fontes de receitas próprias e verbas de convênios com empresas, fundações e institutos empresariais; agências nacionais de cooperação; órgãos governamentais estaduais; órgãos governamentais municipais; e afins. Desde que vinculado ao Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares - PRONINC, aprovado pela FINEP – Financiadora de Projetos e Pesquisa, e à Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho - UNITRABALHO, essas instituições podem constituir em fontes alternativas de recursos financeiros para alavancar as atividades da incubadora sugerida.

Estratégias de atuação

A proposta de criação da incubadora para atendimento da demanda de novos empreendimentos sociais, das instituições educacionais e prefeituras, dos microempresários da cidade e região tem como estratégia básica a intensa participação da comunidade local. Ao inserir a população nas suas atividades, incentivar o turismo e trabalhar o conceito de desenvolvimento sustentável com a população, esta incubadora poderia ganhar visibilidade e credibilidade para que as ações propostas possam ser efetivamente realizadas. Como estratégia de captação de recursos sugere-se que, inicialmente, a incubadora subsista inteiramente com as rendas auferidas pela prestação de serviços técnicos ao Governo Municipal de Campo Limpo Paulista, Prefeituras das cidades da região, e organizações sociais em geral (ONGs, cooperativas e associações de moradores locais). Conforme ilustrado na figura 2, a atuação da FISA é atuar, essencialmente, em regime de parceria com a FACCAMP e voluntários egressos da comunidade local, para obtenção dos recursos tecnológicos representados pelo acervo intelectual de seus conhecimentos, e na outra ponta da cadeia

socioambiental, as organizações sociais que interagiriam diretamente com a população do município e região.

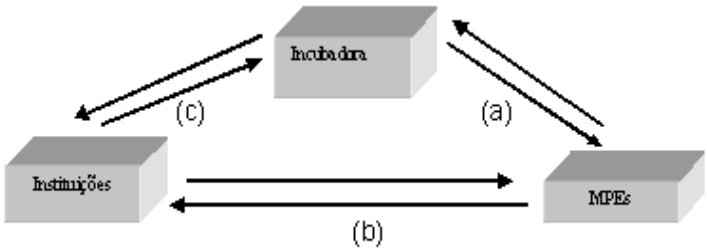
Figura 2. Cadeia produtiva sustentável



Fonte. Concepção dos autores

Uma iniciativa em benefício de trabalho e renda local pode ser a criação de cooperativas e associações de artesãos e de artistas da região que poderiam, além de proporcionar renda aos munícipes, gerar produtos aos turistas que Campo Limpo Paulista poderia demandar. Exemplo nesse sentido pode ser a criação de um *Grupo de Artesanato de Campo Limpo Paulista*, cuja formalização jurídica e operacional poderia ser preparada pela incubadora social (FISA). A Prefeitura poderia proporcionar a infra-estrutura necessária para a comercialização dos produtos gerados pelo artesanato regional, transformando-se em ponto de passagem obrigatória de turistas que visitam a região. O empreendimento pode resultar na geração de emprego e renda, dois componentes importantes na vida de uma comunidade que poderia frutificar a partir de um regime de parceria com a incubadora social, sem ônus para os cofres públicos. Ou seja, a **incubadora** poderia atuar, indiretamente, em regime de parceria com **instituições** (FACCAMP, Associação Comercial e Industrial e Prefeituras Municipais) e com as **MPEs** (micro e pequenas empresas; ONGs; associações e cooperativas) que, de fato, se incumbiriam da operacionalização da cadeia produtiva sustentável a ser criada.

Figura 3. Articulação institucional da FISA



Fonte. Concepção dos autores

Outro exemplo factível é a formação de um grupo de pessoas interessadas na arte de tecelagem manual, que poderia se reunir para formar uma cooperativa através de teares manuais produzindo tecidos artesanais. A proposta de produção manual de tecidos pode despertar interesse de profissionais da moda, sempre atentos a oferta de produtos exclusivos, originais e de bom gosto. Ou seja, pode-se lançar o embrião de uma iniciativa associativista do município na forma de cooperativa de trabalho dos profissionais de tecelagem artesanal de Campo Limpo Paulista. O trabalho de criação, inicialmente, pode ser inteiramente direcionado a vestuário e acessórios. A partir de então, poder-se-ia pesquisar novos materiais e formas para levar a produção de artigos de decoração, como tecidos para cortinas e forrações. O trabalho envolvendo dezenas de cooperados, entre tecelãs e costureiras, produzindo em suas próprias casas ou no atelier, e centrado no propósito comum de produzir e transformar tecidos artesanais em peças utilitárias, com design elaborado, poderia modificar o cenário turístico da região. As necessidades de matérias-primas, equipamentos, vendas e

apoio administrativo podem ser supridas pela cooperativa e reembolsadas por meio de taxa de administração, com rateio proporcional à produção. Os cooperados buscariam na capacitação, a ser proporcionada pela FISA, o instrumento de fortalecimento da cooperativa. Os princípios doutrinários do cooperativismo e as vantagens do associativismo podem ser planejados e assessorados pela FISA, que poderia proporcionar a necessária solidez de uma iniciativa de um simples grupo de pessoas com objetivos comuns.

Conclusões

A experiência vivenciada em Campo Limpo Paulista e região proporcionaram subsídios ao planejamento do desenvolvimento local sustentável, centrado na criação de uma incubadora social, de prestação de serviços técnicos aos empresários de micro e pequenas empresas e empreendedores em geral voltados ao turismo ecológico e ambiental.

Os pequenos negócios, formais e informais, respondem por mais de dois terços das ocupações do setor privado, o que por si só traduzem a importância do suporte técnico a ser proporcionado pela incubadora social, no contexto das micro e pequenas empresas. E, considerando a estreita relação entre pessoas e responsabilidade socioambiental evidencia-se a necessidade de considerar a organização sustentável como sinônimo de bons negócios futuros. De fato, no futuro, esta pode ser a única forma de empreender negócios de forma duradoura e lucrativa. Em outras palavras, o quanto antes organizações começarem a enxergar a sustentabilidade como seu principal desafio e como oportunidade competitiva, maior será a chance de que sobrevivam. A expansão da consciência coletiva com relação ao meio ambiente e a complexidade das demandas sociais que a comunidade repassa às organizações induzem um novo posicionamento por parte de empresários e executivos das MPE frente a tais questões.

Esta incubadora pode induzir o desenvolvimento econômico e social de Campo Limpo Paulista e região gerando como benefícios específicos de sua implementação:

- experimentação não lucrativa, de novos modos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio e emprego;
- indução à criação, desenvolvimento e consolidação de empreendimentos de pequeno porte, formais ou informais, associados ou não;
- suporte tecnológico aos empresários de micro e pequenas empresas para que ampliem seus negócios e linha de produtos visando torná-los fornecedores ecológicos das grandes empresas que mantém cadeias produtivas sustentáveis;
- desenvolvimento de programas de treinamento e capacitação das empresas da região, de grande e pequeno porte, para avaliação socioambiental dos seus fornecedores dado que, legalmente, não se pode repassar a responsabilidade social e ambiental para terceiros;
- fornecimento de uma base racional para o processo de tomada de decisões institucionais nos setores públicos e privados em relação ao desenvolvimento local sustentável;
- articulação de trabalhos voluntários em projetos comunitários, com colaboradores de instituições públicas e privadas, a serem realizados pelas organizações sociais e empresas da região;
- preservação de uma base de dados de fornecedores de produtos e serviços, ecologicamente corretos, e de cadastro de voluntários corporativos e pessoas físicas, para fins de fornecimento de informações especializadas para empresas e organizações sociais da região;
- articulação de parcerias com cooperativas de trabalho existentes, por meio do fornecimento de cursos que visem qualificar trabalhadores e aprimoramento de técnicas de trabalho, visando a obtenção de uma mão de obra mais qualificada para atividades turísticas;

- fornecimento de.suporte técnico para orientar as estratégias de conservação, preservação e restauração da biodiversidade nativa do município e região.

Este desenvolvimento sustentável pode, ainda, abranger as várias fases do ciclo de vida do turismo ecológico e histórico-cultural, levando-se em conta certas restrições ambientais, sociais, culturais e econômicas. Sem essas restrições, a atividade turística, cultural e histórica poderia expandir de maneira desordenada, o que provocaria impactos socioambientais negativos. O turismo sustentável, como opção econômica, é coerente com a tendência que vem ocorrendo em vários países, onde constitui um dos principais recursos de criação de empregos e renda. É uma natural decorrência do processo de urbanização, metropolização e ampliação de tempo livre em relação às horas trabalhadas que contribui para o desenvolvimento das atividades turísticas. Representa uma atividade que, quando alcança um nível elevado de desenvolvimento, pode servir de base econômica para uma região, requerendo apenas atenção para os impactos ambientais que pode provocar. É uma atividade que consome espaço geográfico; exige a construção de infra-estrutura; e integra a população local. O desenvolvimento originário do fluxo de turistas pode ser benéfico para a população e para os cofres públicos, mas também pode gerar inúmeros problemas sérios para as comunidades afetadas. As diretrizes e recomendações, centrada no turismo ambiental, enfatizando os serviços prestados pela incubadora podem possibilitar o exercício do ecoturismo e atividades auto-sustentáveis com potencial de criação de empregos e renda à comunidade local. As atividades ligadas a esta opção de desenvolvimento sustentável, compreende a utilização de técnicas com o objetivo de:

- realização de estudos tendentes a explicar os fenômenos turísticos, bem como as respectivas origens, mudanças e evoluções;
- análise dos efeitos dos pólos emissores e receptores sobre os indivíduos, grupos ou categorias sociais; e interpretação de dados sobre os costumes, práticas e hábitos de fluxos turísticos;
- elaboração de projetos ou estudos de planejamento, organização, funcionamento e exploração de empreendimentos turísticos em organizações privadas e/ou públicas.
- otimização e equilíbrio dos benefícios econômicos, ambientais e sociais do turismo, com distribuição desses benefícios para a sociedade, minimizando possíveis problemas no setor;
- planejamento da infra-estrutura física, orientadora do desenvolvimento local sustentável e articulação para o desenvolvimento coordenado de todos os elementos do segmento de turismo;
- estabelecimento de diretrizes e padrões para planos detalhados de áreas de desenvolvimento de turismo; e sua integração nas políticas de desenvolvimento global e estabelecimento de relações entre turismo e outros setores econômicos;
- alternativas de preservação dos recursos naturais e culturais e mantê-los indefinidamente conservados para o futuro, a partir de sua preservação no presente.

Sugere-se que pesquisas equivalentes sejam efetuadas, posteriormente, constituindo-se em um painel de pesquisas permanentes para aferir cenários futuros de desenvolvimento sustentável no município e região. Como recomendação para futuras pesquisas destacam-se, ainda, o estudo das cadeias produtivas e arranjos econômicos locais para identificar e incentivar a criação de cooperativas e associações de pessoas físicas e jurídicas. Tais entidades produziriam produtos de artesanato, trabalhos culturais e artísticos, e atividades de sustentação econômica dentro dos contornos de modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, conforme sugerido no presente trabalho.

Referências

ABONG - *Pesquisa Nacional da ABONG*. Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais. São Paulo. 2002.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE JUNDIAÍ E REGIÃO. *Programa de desenvolvimento municipal***.** ADEJ. Acesso em 30.04.08. disponível em: www.adej.org.br

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMENTOS INOVADORES. *Evolução do Movimento Brasileiro de Incubadoras – 2006*. Número de incubadoras em operação. Anprotec. Brasília: Anprotec, 2006. Disponível em: http://www.anprotec.org.br/ArquivosDin/Graficos_Evolucao_2006_Locus_pdf_59.pdf. Acesso em: 01 maio 2008.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMENTOS INOVADORES. *Panorama 2005*. Anprotec. Brasília: Anprotec, 2005. Disponível em: http://www.anprotec.org.br/ArquivosDin/Panorama_2005_pdf_11.pdf. Acesso em: 01 março 2008.

BRASIL. Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. *Lei que formaliza o Projeto de Lei Complementar 123/04 que institui o sistema único de tributação – Simples Nacional*. Brasília – DF. 2006.

FAPESP - Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo . Pesquisa sobre Escalas de preservação, *Sinergia entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental*. Acesso em 09.10.07. Disponível em: http://www.fapesp.br

FAPESP - Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo . *Programa de Pesquisas em Caracterização, Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade do Estado de São Paulo*. BIOTA-FAPESP. Acesso em 07.11.07. Disponível em: http://www.biota.org.br

FISCHER, Rosa Maria. *Gestão de Pessoas nas Organizações do Terceiro Setor*. São Paulo: SENAC-SP, 2004.

FUNDAÇÃO SEADE. *Índice Paulista de Responsabilidade Social*. São Paulo : Assembléia Legislativa de São Paulo, 2001. Disponível em: http://www.seade.gov.br. Acesso em: .30.04.08.

GADIESH, 0.; GILBERT, J.L. (1998), *Profit pools: a fresh look at strategy*, Harvard Business Review, Vol. 76 No. 3, pp. 139-47.

GLASER, B. ; STRAUSS, A. The Discovery of Grounded Theory, Chicago: Aldine, 1967.

GLASER, B. More grounded theory methodology: a reader. Mill Valley, Ca.: Sociology Press, 1994.

GLASER, B. Doing grounded theory: issues and discussions. Mill Valley, Ca.: Sociology Press, 1998.

GLASER, B. and HOLTON, J. Remodeling Grounded Theory. The Grounded Theory Review. V.4, n.1, November 2004.

GUEDES, M.; BERMÚDEZ, L.A. *Parques tecnológicos e incubadoras de empresas em países em desenvolvimento: lições do Brasil*.In: GUEDES, M., FORMICA, P. A economia dos parques tecnológicos. Rio de Janeiro: ANPROTEC, 1998. p. 147-159.

IPEA – *Pesquisa Ação Social das Empresas*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea**. São Paulo** 2007.

Lei federal no. 10.257/2001. Estatuto das cidades. Distrito Federal. 2001.

LOJO, M**.,** *Contracting of high-technology industrial services***,** unpublished PhD dissertation, Sloan School of Management, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, MA. 1997.

MARQUES, E. V.; CUNHA, M. A.; MEIRELLES, F. S. *Modelos de gestão de tecnologia de informação no setor público brasileiro***.** *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 26., 2002, Salvador. **Anais…** Salvador : ANPAD, 2002.

MINTZBERG, H.; QUINN, J. B. *O processo da estratégia***.** 3. ed. Porto Alegre : Bookman, 2001.

NOLAN, R. L. *Note on information technology and strategy***.** Boston : Harvard Business School, 1993.

OLIVA, R.; KALLENBERG**,** *Managing the transition from products to services***,** International Journal of Service Industry Management, Vol. 14 No. 2, pp. 160-72. 2003.

ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL, *ONG Caminho Verde***.** Organização social que sucedeu a SOS Campo Limpo, Campo Limpo Paulista - SP, 2007.

ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL, *ONG Mata Ciliar***.** Jundiaí.- SP, 2007. Disponível em : www.mataciliar.org.br

ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL, *ONG Ecomursa.* Várzea Paulista.- SP, 2007. Disponível em : www.ecomursa.org

OSBORNE, D.; GAEBLER. T. *Reinventing government*: how the entrepreneurial spirit is transforming the public sector**.** Reading, MA: Addison-Wesley, 1992.

PRAHALAD, C. K.; and HAMEL, G. *Competindo pelo Futuro: estratégias inovadoras para obter o controle do seu setor e criar os mercados de amanhã*. 23a. reimpressão. Tradução de Outras Palavras. Rio de Janeiro: 2006.

PREFEITURA DE CAMPO LIMPO PAULISTA – *Dados do Município e Região*. Disponível em http://www.campolimpopaulista.sp.org.br/ , acesso em 06.09.07.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO-PNUD. Atlas do DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. *Tabela do ranking dos Municípios 1991 - 2000* **.** (Excel). Disponível em <http://www.pnud.org.br/IDHM >, acesso em 15.09.2007.

REVISTA INTEGRAÇÃO. *A Contratação de OSCIP's pela Administração Pública*. Junho/2006. X. No. 63. CETS – Centro de Estudos do Terceiro Setor. FGV SP – EAESP. Disponível em <http://www.fgvsp.br/integracao >, acesso em 20.09.07.

REZENDE, D. A. *Planejamento de sistemas de informação e informática*: guia prático para planejar a tecnologia da informação integrada ao planejamento estratégico das organizações**.** São Paulo: Atlas, 2003.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE: *Boletim estatístico de micro e pequenas empresas*. Observatório Sebrae. 1º. Semestre 2005. Brasília-DF: SEBRAE, Disponível em: http://www.sebrae.com.br. Acesso em: 27 junho 2007.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE-SP: *Sobrevivência e Mortalidade das Empresas Paulistas de 1 a 5 anos*. Marco Aurélio Bedê (coordenador), . São Paulo: SEBRAE, 2007.

SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. 1983. *Ato de tombamento das Serras do Japi,* Guaxinduva e Jaguacoara. In *Diário Oficial do Estado de São Paulo* de 12 de março de 1983. Imesp, São Paulo, p. 59.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. *Basics of Qualitative Research: Grounded theory procedures and techniques.* Newbury Park: Sage, 1990.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. *Grounded Theory Methodology - An Overview. Handbook of Qualitative Research,* N.K. Denzin and Y.S. Lincoln (eds.), Sage Publications, Thousand Oaks, CA, 1994.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. *Grounded Theory in Practice*, Sage Publications, London,1997.

TACHIZAWA, T. – *Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa focada na Realidade Brasileira.* 5ª. edição. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

_____ - Organizações Não-governamentais e Terceiro Setor: criação de ONGs e estratégias de atuação**.** 3ª. edição. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

TACHIZAWA, T. e FARIA, M. S.. – *Criação de novos negócios: gestão de micro e pequenas empresas*. 3ª. edição. Editora Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2006.

WISE, R. and BAUMGARTNER, P., *Go downstream: the new imperative in manufacturing*, Harvard Business Review, Vol. 77 No. 5, pp. 133. 1999.